Casa do Povo

Abrunheira

Formação Profissional

Apoio Social

Desporto

Cultura

Saúde

Relatório de Contas do ano de 2017

1. Introdução

A Casa do Povo de Abrunheira tem um modelo de gestão integrado com um objectivo bem definido, baseando-se no rigor económico-financeiro, que se desenvolve num equilíbrio entre Recursos Humanos e Infraestruturas.

Os seus serviços centralizam-se em 4 edifícios distintos: Centro de Dia, local onde funciona a resposta social de Serviço de Apoio Domiciliário e a resposta social de Centro de Dia; Residência Sénior do Baixo Mondego; Centro Social Sénior e Complexo Social Sénior.

Para além da área social, a Casa do Povo de Abrunheira aposta na saúde, formação profissional, cultura e desporto.

No período de 2017 e pelo terceiro ano consecutivo a Casa do Povo de Abrunheira registou um resultado positivo de 66.007,73€, embora bastante inferior ao ano transato.

De seguinda é apresentada a análise económica e financeira da Casa do Povo de Abrunheira do ano de 2017.

2. Análise económica e financeira da Casa do Povo de Abrunheira – Ano de 2017

Disponibilidades

A 31 de Dezembro, a Casa do Povo de Abrunheira apresentava um saldo disponível de cerca 74.000 € nas suas contas à ordem. Este saldo é inferior em cerca de 124.000 € relativamente ao ano anterior.

Esta diferença deve-se em grande parte ao facto de a Instituição ter amortizado o seu empréstimo projetos no valor de 91.531,85 €.

Dívidas de Clientes

No final do ano de 2017, a dívida de clientes acumulada por resposta social face ao período homólogo do ano de 2016, cresceu cerca de 60% como se pode comprovar no quadro seguinte:

Resposta Social	2017	2016
Centro de Dia	- €	57,00 €
Serviço de Apoio Domiciliário	1 573,90 €	1 393,20 €
Centro Social Sénior	13 763,81 €	9 665,98 €
Complexo Social Sénior	34 715,06 €	16 896,14 €
Residência Sénior do Baixo Mongedo	19 812,53 €	14 275,75 €
Internamento temporário	549,20 €	406,00 €
Total	**70 414,50 €**	**42 694,07 €**

Este aumento deve-se em grande parte a clientes que por motivos que transcendem a Instituição deixaram de pagar a sua mensalidade ou não a pagam na sua totalidade.

As situações mais críticas estão a ser tratadas pelos serviços jurídicos da Casa do Povo de Abrunheira, pois á data de 31 de Dezembro de 2017, existiam nestas condições cinco utentes cujo valor em dívida ascendia 38.143,21€. São valores consideráveis que a sendo pagos dariam para pagar um mês de salários. Também, existe um valor de cerca de 1.649,29€ que diz respeito a clientes de cobrança duvidosa uma vez que não há prespectiva de reaver esse valor.

Assim, o montante total na rubrica de cliente é de 72.063,79€ e se este problema se mantiver a tesouraria da Casa do Povo de Abrunheira poderá ficar comprometida, face aos custos globais que a Instituição suporta.

Empréstimos

No ano de 2017, a Casa do Povo de Abrunheira amortizou na totalidade o seu Empréstimo Projectos (conta 251122), pois era um objectivo que teria de ser cumprido devido à candidatura ao Fundo de Restruturação do Sector Solidário e não sendo cumprido podería haver penalizações.

Assim, a 31 de Dezembro de 2017 a Casa do Povo de Abrunheira tem por amortizar os seguintes valores:

- Empréstimo Lar POPH 6.12 – 98.677,77 €
- Empréstimo FRSS – 171.470,01 €

Compras

A rubrica de compras sofreu uma diminuição na ordem dos 20%, no entanto esta sente-se mais nos géneros alimentares como podemos verificar no quadro seguinte:

	2017	2016
Géneros Alimentares	98.649,17 €	133.434,73 €
Higiene e Limpeza	56.725,61 €	57.283,85 €
Total	**155.374,78 €**	**190.718,58 €**

Em relação à rubrica de higiene e limpeza em 2018, a CPA deverá tentar renegociar com os fornecedores desta categoria preços mais atrativos para que se consiga diminuir este custo.

Rendimentos e Réditos

As rubricas com maior realce (designadas com grandes rubricas) serão apresentadas no quadro seguinte, perfazendo um valor total de rendimentos e réditos obtidos de 1.257.821,20 €.

Rubrica	2017	2016
Vendas e Serviços Prestados	847 152,05 €	889 234,98 €
Subsídios, doações e legados à exploração	341 791,42 €	323 109,98 €
Outros rendimentos e ganhos	68 877,73 €	94 267,68 €
Total	**1 257 821,20 €**	**1 306 612,64 €**

Como se pode verificar da leitura do quadro anterior, existe um desvio negativo de 48.791,44€ em relação ao ano anterior.

No que diz respeito às **Vendas e Serviços Prestados** o desvio, deve-se principalmente ao facto do número de clientes de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário ter diminuído fixando-se apenas em três no primeiro e doze no segundo, respectivamente.

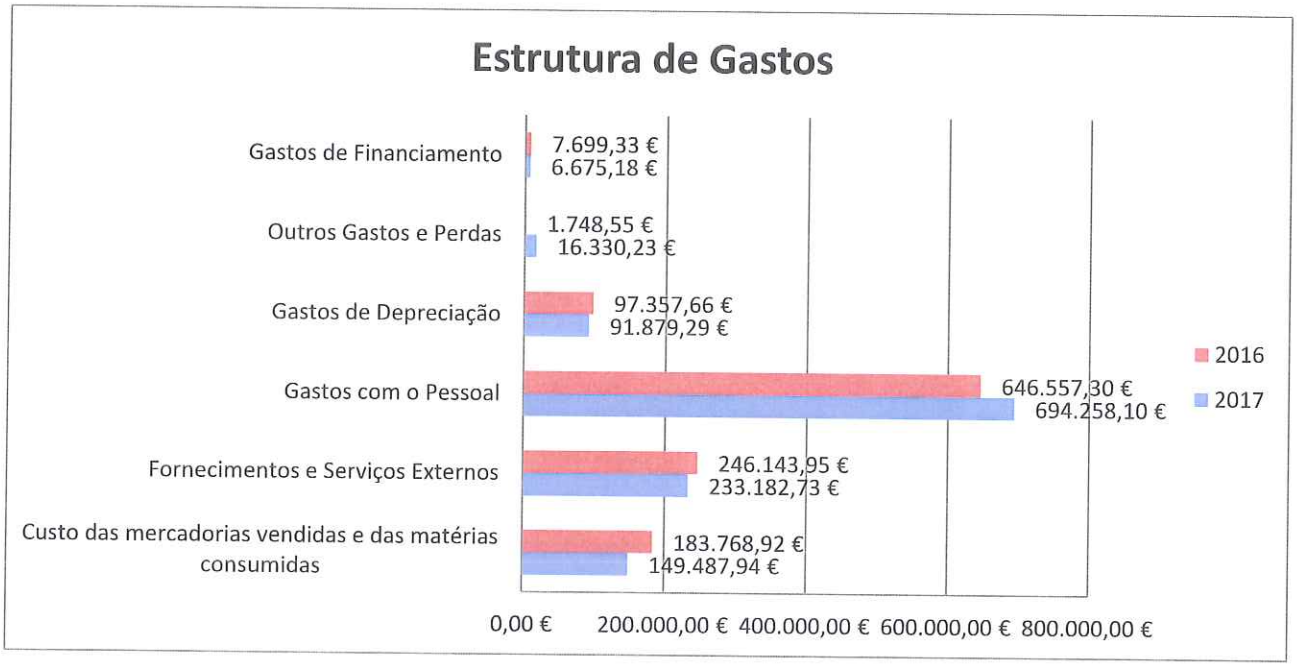
No quadro seguinte, podemos observar a evolução desta rubrica.

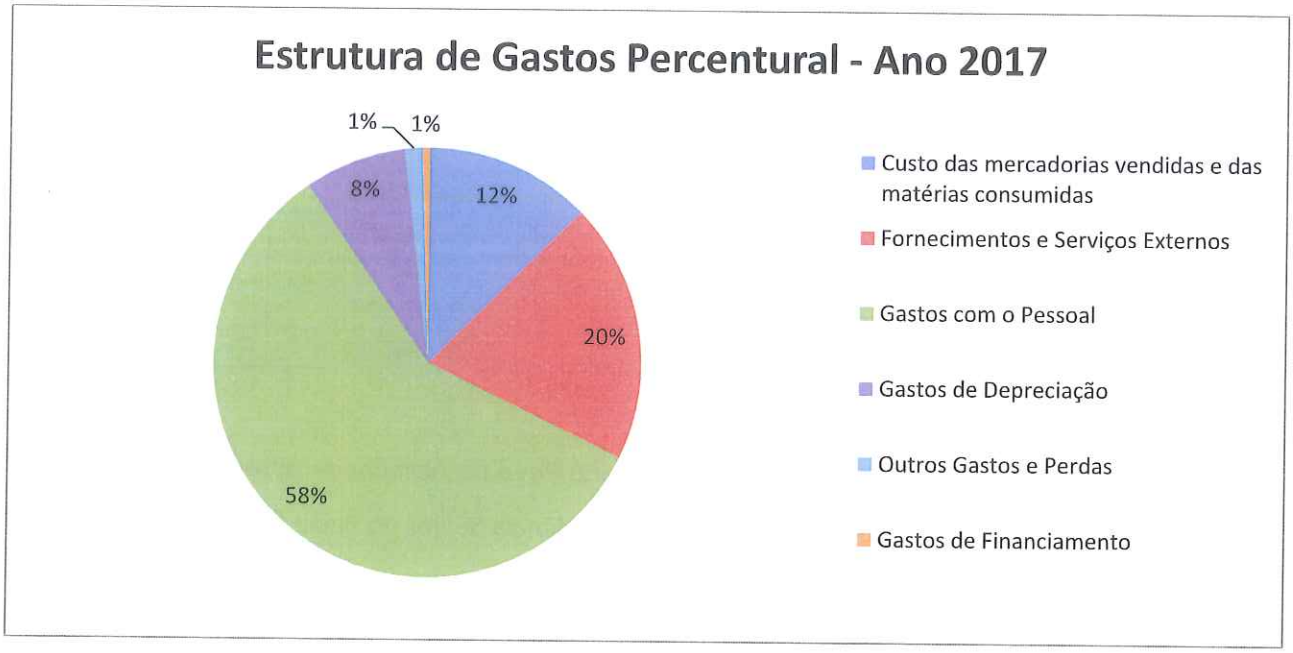
Vendas e Serviços Prestados	2017	2016
Centro de Dia	8 110,00 €	14407,4 €
SAD	31 382,50 €	35217,55 €
Lar	766 040,10 €	798925,7 €
Apoio a Consultas - Transportes	9 439,20 €	10178,00 €
Serviços Extra	29 646,11 €	26.340,33 €

Tal como resulta da leitura do quadro acima, a Casa do Povo de Abrunheira obtém cerca de 90% dos seus rendimentos na resposta social de lar, ou seja, Residência Sénior do Baixo Mondego, Centro Social Sénior e Complexo Social Sénior.

Gastos e Perdas

Relativamente aos gastos incorridos no período económico de 2017, apresenta-se se seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:





Da leitura dos gráficos anteriores podemos concluir que a rubrica com maior peso é a de gastos com o pessoal, representando 58% dos Gastos da Instituição. É uma percentagem muito alta pois é necessário que o serviço de ERPI (Residência Sénior do Baixo Mondego, Centro Social Sénior, Complexo Social Sénior) funcione na sua capacidade total 9 meses para pagar um ano de salários.

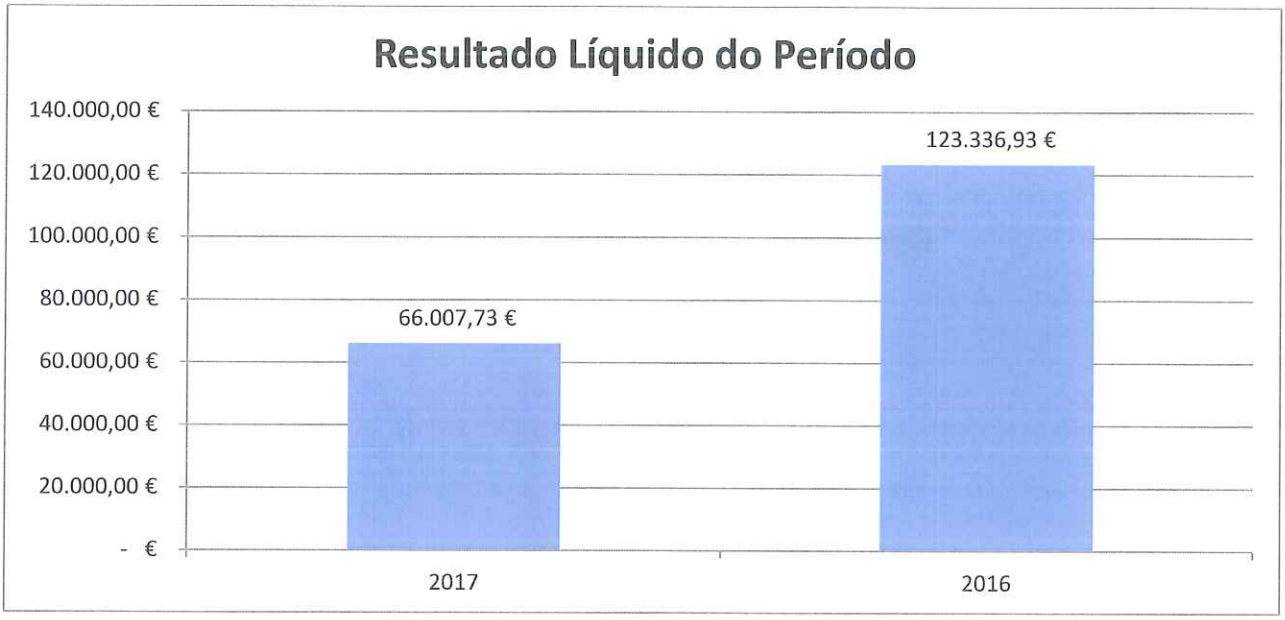
Em relação aos outros gastos, em 2018 deverá tentar reduzir algumas rubricas com maior peso neste ano, como por exemplo, electricidade, serviços bancários, água, gás, tv-cabo, entre outros.

Resultados Gerais por Resposta Social

A resposta social de Centro de Dia continua a ser um ponto fraco da Instituição, pois encerra o ano com apenas três utentes o que leva à diminuição de rendimentos quer a nível do próprio cliente como de acordos de cooperação existentes. Embora seja um edifício em que os custos estão repartidos pelas diversas respostas sociais por se encontrar a funcionar a lavandaria ao serviço destas isso não seja para que a resposta social se torne autónoma e gere rendimentos.

A resposta social de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – Residência Sénior do Baixo Mondego também encerra o ano com um resultado negativo devido a obras que estão a ser realizadas neste edifício e o número de utentes fixa-se em nove.

As restantes respostas sociais encerram o ano com um resultado positivo, que leva a que o resultado líquido do período se fixe em 66.007,73€ como podemos verificar no gráfico seguinte:

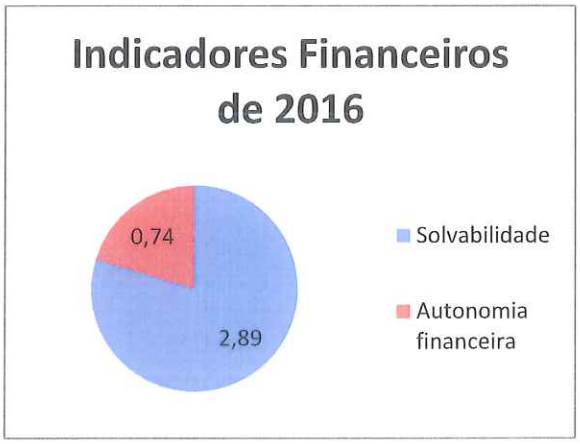


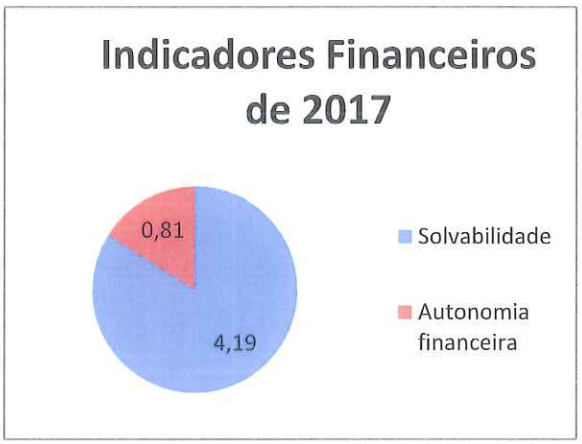
Indicadores Económicos

Em resultado da sua actividade, a posição financeira da CPA apresenta a seguinte evolução ao nível ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:

O rácio de **Autonomia Financeira** mede o nível de endividamento da empresa, e permite verificar em que percentagem é que o Activo de uma empresa está a ser financiado por Capitais Próprios. Esta varia entre zero e um, dado que o Capital próprio não pode ser superior ao valor do próprio activo. Quanto mais elevado for o nível do Capital próprio, maior é o nível de autonomia da empresa face a terceiros. Deste modo, a CPA contínua estável financeiramente.

O rácio de **Solvabilidade** visa a capacidade que a empresa tem em solver (pagar) os seus compromissos a médio e longo prazo. Um valor muito baixo de Solvabilidade pode indicar uma grande fragilidade da empresa a nível económico-financeiro, levantando dúvidas sobre o futuro da empresa, o que não é o caso da CPA.





Anexos

Casa do Povo de Abrunheira
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Contribuinte: 501102698
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2017	31 DEZ 2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		1.901.276,28	1.937.246,97
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		3.842,49	3.842,49
Investimentos financeiros		9.078,98	7.530,16
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		1.914.197,75	1.948.619,62
Activo corrente			
Inventários		11.583,56	8.985,35
Clientes		72.083,79	44.090,52
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		5.392,28	9.133,23
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		552,00	874,00
Outras contas a receber		11.116,48	14.182,96
Diferimentos		5.836,92	4.394,13
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		73.875,12	197.181,25
		180.420,15	278.841,44
Total do activo		2.094.617,90	2.227.461,06
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		175.078,06	175.078,06
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		377.423,70	254.086,77
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.072.899,20	1.102.492,81
		1.625.400,96	1.531.657,64
Resultado líquido do período		66.007,73	123.336,93
Total do fundo de capital		1.691.408,69	1.654.994,57
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		270.147,78	440.367,55
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		270.147,78	440.367,55
Passivo corrente			
Fornecedores		23.323,46	28.510,12
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		18.182,53	17.246,74
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		36,00	0,00
Outras contas a pagar		91.519,44	86.342,08
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		133.061,43	132.098,94
Total do passivo		403.209,21	572.466,49
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.094.617,90	2.227.461,06

A Direcção

O responsável

F3M - Information Systems, SA
Processado por Computador

Casa do Povo de Abrunheira — Contribuinte: 501102698

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 — Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		847.152,05	889.234,98
Subsídios, doações e legados à exploração		341.791,42	323.109,98
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		149.487,94	183.768,92
Fornecimentos e serviços externos		233.182,73	246.143,95
Gastos com o pessoal		694.258,10	646.557,30
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		68.877,73	94.267,68
Outros gastos e perdas		16.330,23	1.748,55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos		**164.562,20**	**228.393,92**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		91.879,29	97.357,66
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**72.682,91**	**131.036,26**
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		6.675,18	7.699,33
Resultados antes de impostos		**66.007,73**	**123.336,93**
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		**66.007,73**	**123.336,93**

A Direção

O Responsável

F3M - Information Systems, SA

processado por computador

Casa do Povo de Abrunheira

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODICA

PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2017

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		817.421,70	869.917,57
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-287.926,52	-276.567,01
Pagamentos ao pessoal		-475.287,55	-433.412,97
Caixa gerada pelas operações		54.207,63	159.937,59
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		61.903,15	36.582,33
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		116.110,78	196.519,92
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-60.606,03	-19.807,19
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-1.831,12	-1.489,11
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-62.437,15	-21.296,30
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-170.224,77	-134.968,80
Juros e gastos similares		-6.754,99	-7.724,95
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-176.979,76	-142.693,75
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-123.306,13	32.525,94
Efeito das diferenças de câmbio		-3,81	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		197.181,25	164.655,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período		73.875,12	197.181,25

A Direção

O Responsável

Casa do Povo

Balancete Geral de Valências

Reg. Exercício / 2017

Data: 09-03-2018

(Valores em Euros)

		Mensal				Acumulado			
Valência	**Descrição**	**Débito**	**Crédito**	**Saldo Débito**	**Saldo Crédito**	**Débito**	**Crédito**	**Saldo Débito**	**Saldo Crédito**
90	Casa do Povo de Abrunheira	151.965,94	0,00	151.965,94	151.965,94	1.273.180,35	1.339.188,08	149.803,67	149.803,67
901	Actividade Social	150.367,59	0,00	150.367,59	0,00	1.230.237,57	1.294.367,94	78.900,20	143.030,57
90101	Centro de dia	3.943,72	0,00	3.943,72	0,00	45.301,17	28.058,59	17.242,58	0,00
90102	Apoio Domiciliário	7.364,60	0,00	7.364,60	0,00	139.765,95	171.578,27	0,00	31.812,32
90106	Lar	34.925,83	0,00	34.925,83	0,00	268.854,60	304.473,20	0,00	35.618,60
90107	Lar POPH 6.12	84.504,46	0,00	84.504,46	0,00	620.514,75	696.114,40	0,00	75.599,65
90108	Residência Sénior do Baixo Mondego	19.628,98	0,00	19.628,98	0,00	155.801,10	94.143,48	61.657,62	0,00
902	Outras actividedes	1.598,35	0,00	1.598,35	0,00	42.942,78	44.820,14	4.895,74	6.773,10
90201	Cultura/Desporto	298,76	0,00	298,76	0,00	13.520,71	14.064,71	0,00	544,00
90202	Bar	403,31	0,00	403,31	0,00	1.525,32	713,19	812,13	0,00
90203	Serviço p/ Exterior	298,76	0,00	298,76	0,00	23.388,19	29.412,31	0,00	6.024,12
90204	Residência de Artistas	298,76	0,00	298,76	0,00	1.771,35	90,32	1.681,03	0,00
90205	Ginásio	298,76	0,00	298,76	0,00	2.429,14	26,56	2.402,58	0,00
90206	Formação	0,00	0,00	0,00	0,00	308,07	513,05	0,00	204,98
909999	Contrapartida da Analítica	0,00	151.965,94	0,00	151.965,94	1.339.188,08	1.273.180,35	66.007,73	0,00
	Totais	151.965,94	151.965,94	151.965,94	151.965,94	2.612.368,43	2.612.368,43	149.803,67	149.803,67
	SaldoGeral								

Aprovado por unanimidade em Reunião

A Direção

Presidente: _____
(José da Costa Carvalho)

Vice-Presidente: _____
(António Cachulo Pais)

Vice-Presidente: _____
(Sérgio José Monteiro Costa Carvalho)

Vice-Presidente: _____
(António Manuel Coelho Pais)

Vice-Presidente: _____
(Fernando Pedro Viso Mota)

Aprovado por 11 votos em Assembleia Geral no dia 03 de Março de 2018

Votantes 11

Votos Contra 0

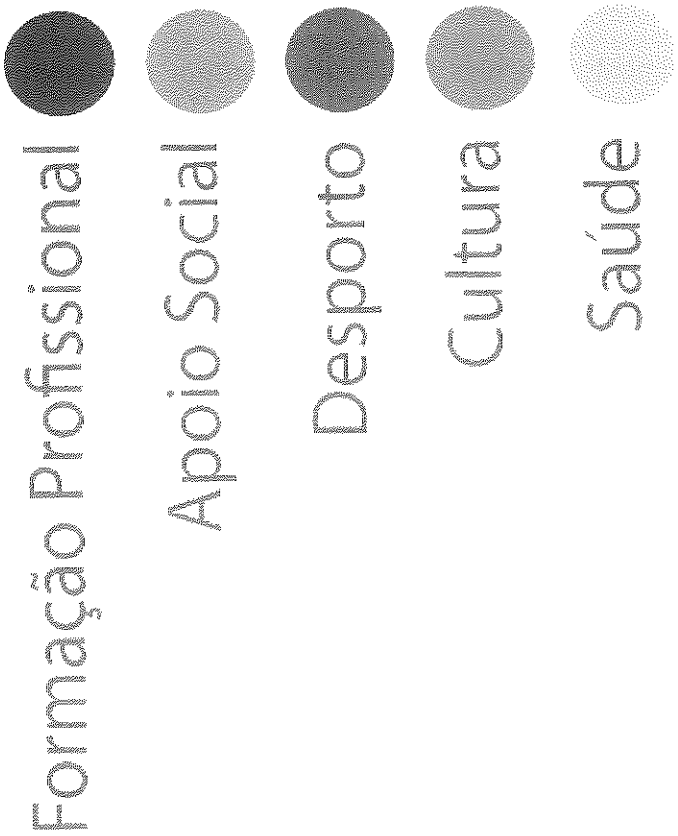
Abstenções 0

Presidente: Rui Manuel Marques da Silva
(Rui Manuel Marques da Silva)

Vice-Presidente: José Graça Contente.
(José Graça Contente)

Secretário: Andreia Lapão
(Andreia Margarida Oliveira Lapão)

Casa do Povo Abrunheira



Anexo às Contas do ano de 2017

1 - Identificação da Entidade

Com a denominação de Casa do Povo de Abrunheira, também designada abreviadamente por CPA, é uma pessoa coletiva sob forma Associativa, e dotada de utilidade pública, constituída por iniciativa privada como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS).

A CPA para o cumprimento das suas finalidades, tem por objetivos principais a concessão de bens, prestação se serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, no que concerne aos aspetos sociais, de saúde, económicos, culturais, desportivos e educacionais.

A CPA, de acordo com os seus estatutos, tem como objetivos principais:

- Desenvolver atividades de apoio à infância e juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo;
- Apoio à família, comunidade e população ativa;
- Apoio às pessoas idosas;
- Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;

Secundariamente, a CPA propõe-se a desenvolver os seguintes objetivos:

- Apoio à integração social e comunitária;
- Proteção dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente, através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa e de transporte de doente;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Resolução de problemas habitacionais das populações;
- Promover atividades recreativas, culturais, turísticas, artísticas e desportivas;
- Promover o património material e imaterial local e regional;
- Promover campanhas de consciencialização, conferências, jornadas, debates, exposições e elaboração de publicações.

2 - Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demostrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do ano de 2017 são comparáveis em todos os aspectos com o valores do ano de 2016.

3 - Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não

corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros Activos fixos tangíveis	4 a 15

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar inicio à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Inventários

Os "Inventários" encontram-se valorizados ao custo de aquisição, utilizando o FIFO como forma de custeio e o sistema de inventário intermitente, apurando-se as existências finais no final de cada ano.

Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos estão registados pelos valores em divida. O s juros correspondentes são reconhecidos na demonstração de resultados no período a que respeitam.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem à quota da empresa "Abrunheira Baixo Mondego, Unip.Lda" e encontra-se registada pelo seu custo histórico. Esta rubrica também inclui os fundos de compensação no trabalho

Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma

Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber e líquido de descontos.

4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

Encontram-se reconhecidos através de estimativa, os gastos dos empregados referentes a férias e subsídios de férias do ano de 2017 a serem pagos no decorrer do ano de 2018.

5 - Activos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são efetuadas pelo método da linha reta.

A vida útil é determinada de acordo com a expectativa de afetação do desempenho, conforme especificado no ponto 3ª2).

Os movimentos ocorridos durante o período nesta rúbrica, estão descriminados no quadro apresentado no final deste anexo.

6 - Activos Intangíveis

Os ativos fixos intangíveis referem-se ao sítio na internet da instituição. Está valorizado ao custo de aquisição e não sofreu qualquer amortização. Trata-se de um bem, que pela sua própria natureza, facilmente se entende que uma tem vida útil indefinida. Poderá, esporadicamente, ser sujeito a revisões, alterações e melhoramentos, mas que irá perdurar por tempo indeterminado.

7 - Custos de Empréstimos Obtidos

Os empréstimos obtidos destinam-se a fazer face a investimentos em activos fixos tangíveis. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Empréstimos	Data de Início	Duração	Valor em Dívida	Juros Pagos Total
Projetos (AD ELO e MASES)	25-11-2010	180 Meses	0,00 €	2.688,25 €
Lar POPH	18-11-2011	162 Meses	98.677,77 €	3.951,74 €
FRSS	12-01-2015	63 Meses	171.470,01 €	0 €
Total	-	-	**270.147,78 €**	**6.639,99 €**

8 - Inventários

As matérias e materiais de consumo são registados pelo custo de aquisição.

É utilizado o inventário intermitente através do método FIFO como sistema de custeio.

Apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Descrição	Total
Inventários iniciais	8.985,35 €
Compras	153.861,30 €

Reclassificação e regularização de inventários	1.775,15 €
Inventários finais	11.583,56 €
CMVMC	**149.487,94 €**

9 – Rendimentos e Gastos

Os rendimentos e gastos são reconhecidos segundo a sua natureza e de acordo com o período a que dizem respeito, independentemente do seu recebimento ou pagamento, utilizando-se o seu acréscimo ou diferimento sempre que os mesmos se repercutam em dois ou mais períodos contabilísticos, sendo mensurados de acordo com a contraprestação monetária recebida (a receber) ou paga (a pagar) respetivamente.

10 – Subsídios e apoios das entidades públicas

Os subsídios à exploração são contabilizados na conta 75, sendo de 281.770,37 € euros da Segurança Social referente aos acordos celebrados para as valências, 6.918,75 € euros de apoios da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 1.750,00€ de apoios da Junta da União de Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, 50.112,44 € do IEFP de diversas medidas de apoio ao emprego e 1.239, 86 € de Federações de Desporto.

Os subsídios ao investimento são contabilizados pela sua totalidade na conta 593, sendo levados a rendimento do exercício na mesma proporção da amortização do ativo beneficiário do subsídio, sendo a contabilização efetuada na conta 7883.

Subsídios ao investimento reconhecidos no ano

Conta	Designação	Saldo em 31-12-16	Valor do ano	Saldo em 31-12-17
593101	Painéis solares	16.309,03 €	1.254, 51 €	15.054,52 €
593102	POPH 6.12	729.675,68 €	12.946,67 €	716.729,01 €
593103	Centro de Noite Feder	76.292,44 €	3.347,38 €	72.945,06 €
593104	Centro de Noite CPN	50.861,69 €	2.231,58 €	48.630,11 €
593105	ADELO	68.520,40 €	2.864,80 €	65.655,60 €
593106	Mases	47.598,92 €	1.995,44 €	45.603,48 €
593107	DGAL	13.720,53 €	1.715,06 €	12.005,47 €

593109	Mais centro	38.686,63 €	3.238,17 €	35.448,46 €
	Total	**1.041.665,32 €**	**29.593,61 €**	**1.012.071,71 €**

11 – Instrumentos Financeiros

Todos os instrumentos financeiros estão valorizados ao custo.

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos financeiros			**180.420,15 €**	
Créditos a receber			72.063,79 €	
Outras contas a receber			34.481,24 €	
Outros ativos financeiros (Cx. e Depósitos)			73.875,12 €	
Passivos financeiros			**403.209,21 €**	
Fornecedores			23.323,46 €	
Financiamentos obtidos			270.147,78 €	
Outras contas a pagar			109.737,97 €	

11.5 Com exceção dos empréstimos bancários (apresentados no ponto 6), não existem dívidas da entidade superiores a 5 anos.

11.7 Não existem dívidas à entidade com duração superior a 1 ano.

11.8 As dívidas superiores a 1 ano são as indicadas no ponto 11.5.

12 – Benefícios de empregados

12.1 – Nº médio de funcionários do quadro de pessoal durante o ano: 60

Nº funcionários a 31/12/2017	Funções desempenhadas
1	Diretora Técnica
1	Diretor de Serviços Administrativos, Financeiros e de Recursos Humanos
1	Contabilista
1	Animador sociocultural
1	Psicóloga
1	Terapeuta da fala

1	Naturopata
1	Motorista
1	Capataz
1	Pintor
2	Lavadeiras
5	Cozinheiras e Ajudantes de Cozinha
21	Ajudantes de Ação direta
15	Auxiliares de Serviços Gerais
53	

Nota: Para além dos 53 funcionários descritos em cima, a CPA em 31/12/2017 tinha mais 7 pessoas ao abrigo de medidas apoiadas pelo IEFP.

Os gastos com o pessoal no ano de 2017 foram os seguintes:

Descrição	2017
Remunerações aos Orgãos Sociais	0,00
Remunerações ao pessoal	557.531,68
Benefícios Pós-Emprego	0,00
Indemnizações	7.379,35
Encargos sobre as Remunerações	121.549,83
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	7.497,24
Gastos de Acção Social	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	300,00
Total	**694.258,10**

16.2 – Órgão Sociais:

Assembleia Geral:

- Presidente: Rui Manuel Marques da Silva
- Vice-Presidente: José Graça Contente
- Secretária: Andreia Margarida Oliveira Lapão

Direção

- Presidente: José da Costa Carvalho
- Vice-Presidente: António Cachulo Pais
- Vice-Presidente: Sérgio José Monteiro da Costa Carvalho
- Vice-Presidente: António Manuel Coelho Pais
- Vice-Presidente: Fernando Pedro Viso Mota
- Suplente Direção: Marco José Lopes Contente

Conselho Fiscal

- Presidente: João Carlos Silva Carvalho Rama
- Vice-Presidente: Júlio de Oliveira Tarrafa
- Relator: António Augusto Santos Marques

Não houve alterações no período do relato financeiro no que concerne a órgãos sociais.

Os órgãos diretivos não são remunerados.

Abrunheira, 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

A Direcção

Quadro Nota 5 - Quantia escriturada e movimentos do período em ativos fixos tangíveis

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	55.932,04 €	2.078.321,08 €	484.497,68 €	109.984,32 €	43.861,50 €	11.555,31 €	- €	2.784.151,93 €
2	Depreciações acumuladas iniciais	- €	386.044,70 €	316.197,47 €	95.096,32 €	42.009,85 €	7.556,62 €	- €	846.904,96 €
3	Perdas por imparidade acumuladas inicias								
4=1-2-3	Quantia liquida escriturada inicial	55.932,04 €	1.692.276,38 €	168.300,21 €	14.888,00 €	1.851,65 €	3.998,69 €	- €	1.937.246,97 €
5=5.1-5.2+5.3 a 5.6	Movimentos do período	- €	- 48.722,36 €	- 25.218,30 €	- 1.388,67 €	- 1.645,57 €	- 0,28 €	41.004,49 €	- 35.970,69 €
5.1	Total das adições	- €	- €	10.805,11 €	3.750,00 €	349,00 €	- €	41.004,49 €	55.908,60 €
	Adições em 1ª mão			10.805,11 €	3.750,00 €	349,00 €			14.904,11 €
	Aq. através de conc. de act. empresariais								- €
	Outras aquisições								- €
	Estimativa de custos de desmantelamento								- €
	Trabalhos para a própria entidade							41.004,49 €	41.004,49 €
	Acréscimo por revalorização								- €
	Outras								- €
5.2	Total das diminuições	- €	48.722,36 €	36.023,41 €	5.138,67 €	1.994,57 €	0,28 €	- €	91.879,29 €
	Depreciações		48.722,36 €	36.023,41 €	5.138,67 €	1.994,57 €	0,28 €		91.879,29 €
	Perdas por imparidade								- €
	Alienações								- €
	Abates								- €
	Outras								- €
5.3	Reversões de perdas por imparidade								- €
5.4	Transferências de AFT em curso								- €
5.5	Transf. de/para act. não correntes p/ venda								- €
5.6	Outras transferências								- €
6=4+5	Quantia liquida escriturada final	55.932,04 €	1.643.554,02 €	143.081,91 €	13.499,33 €	206,08 €	3.998,41 €	41.004,49 €	1.901.276,28 €